

EDUCAÇÃO RURAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: GÊNESE DE UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA

Rural education and teacher training in brazil: genesis of a pioneering experiment

Fátima Maria Leitão Araújo¹

RESUMO

O objeto em foco neste artigo tem por demarcação temporal a década de 1930 e traz para a pauta de reflexões da historiografia educacional, a discussão sobre o ruralismo pedagógico, focando um projeto *sui generis* de formação docente para o meio rural, historiando sua gênese e filosofias norteadoras. Nesta escrita delineamos ideias, personagens e fatos que marcaram a trajetória da criação da primeira escola de formação do professor ruralista do Brasil, a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, situada na Região do Cariri, no Estado do Ceará.

Palavras-chave: Educação Rural. Ruralismo Pedagógico. Escola Normal Rural. Formação de Professores.

Abstract

The focused object has its time delimitation in the 1930s and includes the discussion of pedagogic ruralism in the agenda of discussions about educational historiography, approaching a *sui generis* project of teachers training for the rural environment, recounting its genesis and philosophies. This paper is an outline of ideas, characters and events that marked the path of creation of the first training school for the rural teacher in Brazil, Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, located in the Cariri region of Ceará.

Keywords: Rural Education, Pedagogic Ruralism, Normal Rural School, Teachers Training.

À Guisa de Introdução

O estudo da trajetória da educação rural, bem como o papel social e cultural das escolas normais rurais na primeira metade do século XX, requer a compreensão das ideais e práticas que se fizeram presentes em um país que buscava sua afirmação como Estado-Nação. O apelo nacionalista e os ideais modernistas faziam emergir novas demandas e necessidades para acelerar os passos na busca do desenvolvimento e progresso do Brasil desde os primórdios republicanos. Neste momento, a proposição de novos projetos sociais e culturais se apresentava como opção para solucionar problemas cruciais à inserção do Estado brasileiro no cenário das nações mais desenvolvidas econômica e culturalmente do mundo.

¹ Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: fatimamleitao@yahoo.com.br

O objeto em foco neste artigo tem por demarcação temporal a década de 1930. No entanto, o esboço de projetos e programas educacionais com o fito de atingir as populações do campo, remonta às duas primeiras décadas do século XX. A partir dos anos de 1910, foram criados os patronatos agrícolas, com o intuito de formar “cidadãos úteis” (Oliveira, 2003). Já os anos de 1920 se caracterizaram pela efetivação de reformas educacionais em vários estados brasileiros², com o objetivo de resolver o grave estado educacional do país quanto ao nível cultural de sua população. Tal perfil contrariava a pretensão do Brasil de despontar como nação desenvolvida e próspera. Diante desse quadro, qual era a real situação do Brasil nas primeiras décadas do século XX, e qual o lugar reservado à educação no meio rural?

Desde a última década do século XIX a população urbana brasileira aumentava gradativamente, fenômeno que se tornara mais significativo nos primórdios do novo século. Dessa forma, nas duas primeiras décadas do século XX a concentração urbana resultara em mudanças sociais de grande significação para a sociedade brasileira da Primeira República. O ruralismo ganha espaço na sociedade brasileira de então, caracterizando-se por ser uma ideologia que pregava e se fazia a partir da aversão ao industrialismo e ao urbanismo. Originário do domínio coronelista, o ruralismo sustentava-se em ideias que contrapunham os mundos campesino e citadino. Tal visão situava a vida campesina como *locus* ideal para a formação de homens perfeitos nos aspectos físico, moral e social. Nesse sentido, o ruralismo fundamentava-se, primordialmente:

[...] na exaltação das vantagens “naturais” da vida rural, difunde uma atitude pessimista, que encobre interesses contrariados pelo meio citadino. Este é acusado de artificial, destruidor da solidariedade “natural” do homem. Por isso o urbanismo é tido como um processo de degeneração e desintegração social; com ele se inicia o declínio da civilização. (NAGLE, 2001, p. 40).

O *ruralismo pedagógico* – ideia em ebulição desde os anos de 1920 – encontrou terreno fértil para a proliferação de seu ideário no período pós-movimento de 1930, haja vista a expansão do ensino brasileiro, motivado por uma fase mais consolidada do desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira. É neste contexto que ocorre a criação das Escolas Normais Rurais, projeto de formação docente influenciado pelas ideias nacionalistas e ruralistas.

Este artigo traz para a pauta de reflexões da historiografia educacional, a discussão sobre o ruralismo pedagógico, focando um projeto *sui generis* de formação docente para o meio rural, historiando sua gênese e filosofias norteadoras. Adentramos na realidade desse projeto de escolarização e formação docente tão peculiar e pouco conhecido no contexto da história da educação brasileira, buscando nas fontes documentais e hemerográficas, bem como em publicações de intelectuais contemporâneos do período em foco, indícios que nos permitiram delinear ideias, personagens e fatos que marcaram a trajetória da

² Entre 1920 a 1930, de acordo com Nagle (2001), a instrução pública sofre muitas alterações nos estados e Distrito Federal. Neste processo efervescente de reestruturação e ampliação da rede escolar, destacam-se os movimentos reformistas nos estados de São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e o Distrito Federal.

criação da primeira escola de formação do professor ruralista do Brasil, a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, situada na Região do Cariri, no Estado do Ceará.

Escola Normal Rural no Brasil: ideologias norteadoras

O forte apelo em favor da educação contrastava-se com a estrutura sociopolítica da Primeira República. Os ideais liberais de educação redentora refletiam uma preocupação com a adequação do discurso educacional ao discurso político, o que constituía grande desafio diante de um regime político arraigado a uma estrutura de dominação oligárquica. Neste contexto marcado por uma estrutura social e política obsoleta diante de uma projeção que se pretendia de nação desenvolvida, as atenções se voltaram para a educação rural, haja vista o intenso movimento migratório interno dos anos 1910 e 1920 – momento em que grande parte da população rural abandonou o campo em busca das cidades, em que o processo de industrialização iniciava-se de modo mais ampliado. Para Nagle (2001), neste cenário histórico, o fenômeno do ruralismo penetrou os modos de pensamento sobre a escolarização, embora não tenha sido tão intenso nos padrões de funcionamento da escola brasileira.

Analisando a história da escola pública no meio rural podemos afirmar que, embora a trajetória da formação escolar brasileira apresentasse eventos dispersos que já denotassem intenções de dotar as populações rurais de escola desde o século XIX, é notório que, “[...] só a partir de 1930 ocorreram programas de escolarização considerados relevantes para as populações do campo.” (CALAZANS, 1993, p. 17). Porém, é deveras importante acrescentar que as duas primeiras décadas do século XX representam o momento de efervescência de ideias, projetos e reformas educacionais que tentavam ajustar a sociedade às novas demandas econômicas e sociais, que se impunham como necessárias mudanças ante um mundo em constante transformação.

Em tal perspectiva, a década de 1920 constituiu o período de construção de alicerces para a efetivação de um sistema educacional brasileiro, que até então só existira de forma fragmentária e desvinculado das necessidades e da identidade do povo brasileiro. Neste período marcado pelo *otimismo pedagógico*, preparam-se as bases de programas educacionais que passaram a contemplar as camadas populacionais rurais, haja vista a ideia do Brasil como um país potencialmente agrícola. Portanto, a partir dos anos de 1930 os programas educacionais tinham por meta a solução dos problemas que se acumulavam em decorrência do cada vez mais acelerado fenômeno do urbanismo, fruto da substituição do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial. Neste aspecto, a educação haveria de responder aos reclamos do Estado-Nação emergente, não apenas nos setores econômico e social, mas também em sua configuração ideológica. Para esse mister, as ideias nacionalistas passam a imprimir suas marcas no delineamento da política educacional.

A ideologia do ruralismo pedagógico passa a se firmar em um novo contexto da vida nacional. Os anos de 1930 propiciam uma definição de novos rumos da educação brasileira. A instrução foi vista desde então como instrumento eficaz para a “elevação espiritual” popular no estabelecimento do caráter e unidade nacionais. Assim,

nacionalismo e ruralismo se mesclarão na premência de justificarem o fortalecimento de um Estado-Nação que acabara de se inaugurar. No novo momento da vida política brasileira, Alberto Torres³ e Sud Mennucci⁴ legaram suas contribuições para a teorização dos lastros que sustentariam a grandiosidade desse país em busca de seu desenvolvimento e de sua unidade nacional.

Alberto Torres foi fonte de inspiração dos tenentes e intelectuais que com ele compartilhavam da preocupação com a organização e a unidade nacionais, dada a amplitude e diversidade do Brasil, bem como de seu caráter de “Nação nova”. O pensamento de Torres (1982) tinha por característica marcante a presença simultânea do nacionalismo e do ruralismo.

Torres (1982) dedica-se ao estudo da identidade nacional para explicar a realidade brasileira. Muitos intelectuais o seguiram e se apoiaram em suas ideias, principalmente no que diz respeito ao nacionalismo e à preocupação com a “organização nacional”, ou seja, “[...] pela ênfase na necessidade de integrar e assimilar: integração geográfica pela expansão das vias de comunicação e pelo povoamento dos espaços vazios. Integração étnica através da educação e elevação espiritual.” (LUZ, 1969 apud SOUZA, 2005, p. 308).

Torres parte do estudo da identidade nacional para explicar a realidade brasileira. Sua ideia era a de que a organização do país deveria ser outorgada de cima para baixo, e acentua categoricamente que no Brasil identidade nacional e cultura genuinamente brasileira são coisas ainda inexistentes. A nacionalidade brasileira é algo ainda por fazer e torna-se algo de grande urgência e vital, já que:

O nacionalismo se não é uma aspiração, nem um programa, para povos formados, se, de fato, exprime em alguns uma exacerbação do patriotismo, é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade da vida dinâmica, sem fazer-se “nação”, isto é, sem formar a base estável, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural da sociedade política. (TORRES, 1982, p. 43).

Assim, o caráter nacional nasceria do reconhecimento da ignorância sobre o Brasil, da superação da inconsciência mental que sempre foi alimentada pelas elites brasileiras. Caberia aos intelectuais a importante tarefa de elaborar o conhecimento responsável pela criação da unidade nacional. A regeneração do povo brasileiro é delegada, pois, a uma elite intelectual e de políticos comprometidos com o projeto de organização nacional. É marcante a sua identificação com o Brasil rural, ou seja, em sua visão, a brasilidade está latente naquele meio. Alberto Torres formula, pois, a ideia de dualidade entre país legal e

³ Sociólogo fluminense, com grande atuação política e intelectual nas duas primeiras décadas do século XX. Participou da campanha abolicionista e do movimento republicano, também exercendo a presidência do Estado do Rio de Janeiro. Foi o ideólogo do nacionalismo. Sua formação tem por base teórica o Positivismo, expressão do século XIX. Uma de suas matrizes é a obra de Spencer, mas nunca se filiou a nenhum autor ou nenhuma escola. “De Spencer adotou a linha nacionalista, de Bergson bebeu de seu intuicionismo. Dentre suas obras destacam-se: *Vers la paix* (1909), *Le problème mondial* (1913), *O problema nacional brasileiro* (1914) e *A organização nacional* (1914).” (Cf. Francisco Iglêsias, no prefácio à terceira edição de *O problema nacional brasileiro*, 1982).

⁴ Educador Paulista de Piracicaba (1892-1948). Assumiu vários cargos públicos, dentre eles o de Diretor do Ensino no Estado de São Paulo (de 1931-1932; de 1933-1934 e em 1943). Um de seus ídolos era Alberto Torres; considerado o “pai do ruralismo pedagógico” do Brasil, escreveu várias obras, sendo a mais importante, *A crise brasileira da educação*, de 1930 (MATOS, 2004).

país real. O dualismo entre sociedade urbana e rural é associado à existência de um país legal que seria o “[...] país urbano, sibarita e cosmopolita, enquanto o país rural é o meio rural, onde jaz o cerne da brasilidade.” (SOUZA, 2005, p. 308).

O educador paulista Sud Mennucci, seguindo o legado de Alberto Torres, colocará em destaque ideias sobre o estabelecimento de um projeto escolar para o Brasil, somando seus esforços aos intelectuais que nos anos de 1930 conduziram os rumos do ruralismo pedagógico no país. Mennucci parte da premissa de que o Brasil passava por grande crise no setor educacional. Em sua obra *A crise brasileira de educação*, escrita em 1930, acentua que o projeto educacional brasileiro tinha por foco ou principal preocupação a vida urbana, desconsiderando a “vocação agrícola brasileira”. Esse fato era responsável pela desarmonia entre a escola e o organismo social do país. Ressalta, ainda, que tal crise está associada à “herança escravista de antipatia pelo trabalho”, tornando-se imprescindível a reabilitação do conceito de trabalho, principalmente o trabalho do campo, de tal forma a enobrecê-lo, o que se daria por meio da educação (MATOS, 2004).

Mennucci alertava para os problemas acarretados pela ausência de uma educação rural e profissionalizante. Na sua visão, o ensino até então existente era inadequado à realidade brasileira. O Brasil haveria de criar a própria estrutura escolar, desvinculando-se dos modelos estrangeiros. Para esse educador, a escola existente no Brasil não era integralmente nacional, pois não respeitava as diferenças regionais presentes na imensidão que era o Brasil. A escola nacional deveria levar o brasileiro a se tornar o homem adaptado ao meio em que vivia, fornecendo-lhe uma mudança de mentalidade capaz de fazê-lo sentir e acreditar em sua força criadora, na busca crescente da melhoria de vida. Neste sentido, era necessária a criação da consciência agrícola contra o sentido urbano dominante. Esta conscientização deveria ocorrer pelo preparo do meio físico e pela tarefa educativa das escolas primárias rurais. Como realizar tão importante tarefa, se o professor enviado à escola rural era novel, inexperiente, imbuído de preconceito urbanista?

Em resposta a tais preocupações, tornava-se premente a contraposição ao modelo exclusivista do professor citadino. A solução apontada por Mennucci era a criação de uma escola normal para a formação de professores rurais, capaz de dotar o profissional de conhecimentos concernentes à agricultura e imbuído de “[...] uma convicção inabalável de que precisaria ali, no campo, ser um incentivador do progresso. O aparelhamento educativo deveria apresentar armas para enfrentar a luta econômica do país, isto é, incentivar sua vocação agrícola [...]” (MATOS, 2004, p. 50).

A concepção educativa de Sud Mennucci se materializa com a criação da primeira Escola Normal Rural do Brasil, em Juazeiro do Norte, que parte na dianteira no esforço de levar a “luz” do conhecimento para as terras secas dos campos cearenses, sequiosas não só da água necessária ao alimento do solo, mas também de opções viáveis para o seu desenvolvimento econômico e cultural, tirando do atraso e da ignorância as populações rurais.

A fundação de uma escola de formação docente para o meio rural era a resposta que se dava aos discursos em defesa de uma ação educadora que atingisse os sertões brasileiros. Para o Nordeste, região onde se reconheciam as possibilidades de desenvolvimento por meio das atividades agrárias, haveria de se reclamar um tipo especial de escola, que produzisse no indivíduo, desde a infância, a sua consciência agrícola. Para Sousa (1934,

p.70)⁵, não seria possível a exequibilidade desse modelo de escola, sem dar-lhe mestres “[...] adextrados, com um curso, mesmo elementar, de conhecimentos agrícolas.” Neste sentido, forte campanha foi empreendida no sentido de criar uma escola normal rural, situada no sertão cearense, o que se concretizou com a instalação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, em 1934. A finalidade dessa instituição de profissionalização docente demarca nos destinos da educação cearense, como assinala Sousa (1934, p. 72), “iniludível acesso civilizador”, pois:

[...] preparar-se, assim, pela educação, o reativo contra o êxodo histórico – fixando o indivíduo, ensinando-lhe a arrancar da terra o seu sustento e a riqueza do Nordeste futuro... Tal é a escola que eu compreendo, cheia de vida e agitação – escola que pressupõe a nossa breve prosperidade econômica, centro de uma terra “redenta pelo trabalho dos campos, cortados de estradas, semeados de açudes e sulcados de canais de irrigação”⁶.

A ideia de que a “[...] educação é para a vida, dentro da vida e em harmonia com as condições peculiares da vida” (CASTELO, 1951, p. 8) era, em síntese, a essência filosófica do ensino proposto pelo projeto de formação do professor ruralista. O cerne do objetivo de uma escola normal rural era o de propiciar a formação do professorado conveniente à realidade e valores socioculturais das populações do campo. A despeito das limitações e contradições do sistema educacional brasileiro dos anos de 1930, as ideias escolanovistas, em sintonia com o ideário nacionalista, provocaram os debates em torno da educação rural como fator de progresso e higienização⁷ da sociedade brasileira. De acordo com a assertiva de Plácido Aderaldo Castelo (1951, P. 21), o Ceará fornece exemplo para o Brasil. “A Escola Normal de Juazeiro é, desse modo, a primeira de nossa Pátria.”

A ruralização do ensino, ideia efusivamente divulgada e defendida pelos intelectuais e educadores do Brasil dos anos de 1930, concretiza-se no seco solo cearense. O projeto de Escola Normal Rural nasceu investido do espírito modernista e/ou reformista tão peculiar às propostas que visavam a plena estruturação do sistema público de ensino local. Nesta direção, tornara-se Joaquim Moreira de Sousa “Um defensor ardoroso da difusão de escolas normais rurais como modo principal de provocar uma revolução educacional condizente com as necessidades reais da sociedade cearense.” (CAVALCANTE, 2000, p. 207). Dessa forma, o Ceará torna viável um projeto gestado pelo pensamento pedagógico e ideal de sociedade de Sud Mennucci, que no afã de suas ideias de ruralização do ensino, traduzia as preocupações sociais e econômicas de um país essencialmente agrícola em marcha para o desenvolvimento industrial. Na asserção do próprio educador paulista:

⁵ Joaquim Moreira de Sousa foi diretor da Instrução Pública do Ceará no interstício 1933-1936.

⁶ Por ser uma escrita que remonta os anos de 1930, transcrevo-a em sua forma original. Tal procedimento foi adotado nas demais citações de fontes primárias ou escritos de época.

⁷ Termo muito em voga no período estudado, já que há uma supervalorização e preocupação com a efetivação de uma política sanitária. Havia uma ênfase na conscientização da necessidade de prevenção de doenças ocasionadas pela falta de higiene e/ou cuidados da população quanto ao seu corpo. Nesse mister o papel da educação era fundamental. Prova disso são a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1932, e a ênfase na educação sanitária, nas escolas de formação docente.

Temos de reerguer o homem do campo, que se deixou vencer por sua óbice facilmente removível: é o imprevisto educacional que o elimina como fator capaz na concorrência internacional. Se se pudesse afirmar que é ele um inapto, um inservível, teríamos declarado a falência da raça. Mas o homem brasileiro não pode ser tachado de inútil ou vadio. É apenas ignorante. Deixaram-no largado e sozinho, nestes três séculos de existência, labutando à custa de seus próprios recursos e um milagre já é que em tais condições, não tenha sido esmagado, e tenha conseguido desprotegido de todos e de tudo, explorado e mesmo escarnecido, manter-se como a única civilização suficientemente organizada da zona intertropical. Revelou assim que tinha fibra e descendia de boa estirpe. Se nós agora, por conclusão consciente de nossa vontade bem orientada, formos capazes de dar a esse homem as noções e os conhecimentos que a ciência foi pondo ao alcance e ao serviço dos outros, para que beneficiem também da experiência milenar da espécie, que não fará ele, esse homem que soube ser maravilhoso e homérico, dentro de sua espessa ignorância? (MENNUCCI, 1937, p. 12)⁸.

Compatibilizando-se com o que defendia Mennucci, foi possível constatar, a partir do acervo documental pesquisado sobre a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, os indícios da efetivação de práticas educativas pautadas em um ensino rigoroso, voltado para o conhecimento enciclopédico e acrescido de saberes instrumentais concernentes às atividades da terra.

Na introdução do livro *História da Escola Normal de Juazeiro* (1984), Amália Xavier Oliveira⁹ (1984), afirma que a referida escola nasceu do idealismo de dois grandes cearenses – Moreira de Sousa e Plácido Castelo¹⁰. Assim:

Teve sua infância bafejada pelo prestígio dos entendidos e alimentada com o sacrifício dos que ensinaram-lhes a dar os primeiros passos. Da infância à idade adulta, lutou para vencer. Atingiu a meta, a razão de ser de sua existência – beneficiar a juventude, preparando o brasileiro digno do Brasil, o cearense digno de seu nome, o juazeirense para valorizar a sua terra natal [...]. Até 1973, 66 turmas se sucederam entregando ao Brasil, centenas de professores rurais. (OLIVEIRA, 1984, p. 18).

O idealismo das duas autoridades citadas pela ex-diretora da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte tem presença marcante nas ideias subjacentes aos discursos da

⁸ Discurso – Pronunciamento na Cerimônia de Colação de Grau das Primeiras Professoras Ruralistas do Brasil. Turma de 1937, na Escola Normal Rural de Juazeiro do Ceará, pelo Professor Sud Menucci, ex-diretor do Ensino do Estado de São Paulo, 1937. Mimeo. Este documento impresso faz parte do acervo pessoal de D. Maria Gonçalves Assunção, aluna da 2ª turma de normalistas e também ex-professora da Escola Normal de Juazeiro do Norte.

⁹ Amália Xavier de Oliveira foi diretora da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, entre 1936 a 1972, durante esse período só ficou sem mandato por tempo muito breve. Desde o início participou do processo de criação da referida escola, inclusive para muitos, se não fosse o seu empenho, a ideia de fundação dessa instituição não teria vingado. Escreveu o livro *História da Escola Normal de Juazeiro do Norte*, publicado em 1984, que confirma o papel representado pela Escola de Juazeiro, fornecendo “[...] dados e fatos registrados de 1934 a 1976, com tudo o que esta casa realizou ano a ano, mês a mês, dia a dia.” (OLIVEIRA, 1984, p. 20).

¹⁰ Juiz municipal de Juazeiro do Norte, Plácido Aderaldo Castelo, reúne o Conselho Escolar da cidade, pessoas influentes da sociedade local, para apresentar o plano de fundação de uma Sociedade que pudesse encampar a Escola Normal Rural que o governo do Estado estava querendo fundar no Ceará. Em dezembro de 1933 foi fundado o Instituto Educacional de Juazeiro do Norte, com um capital de 30.000\$000 e com uma diretoria constituída por: Dr. Plácido Aderaldo Castelo – Presidente; Dr. Jacinto Botelho – Secretário; Prof^a. Amália Xavier – Tesoureira. (OLIVEIRA, 1984).

época. Dessa forma, as concepções de mundo rural, de homem e de educação, contidas nos escritos escolares, nos discursos da época, nos documentos oficiais e em obras que registram a história das instituições de formação da professora rural, como foi o caso do livro de Amália Xavier, constituem tônica na trajetória da criação da escola do *Juazeiro do Padre Cícero*.

Escola Normal Rural no “*Juazeiro*” do Padre Cícero: ideias e personagens em uma experiência pioneira

E quando daqui há vinte ou trinta anos os cronistas se dispuserem a remontar o curso da evolução do ensino rural, no Brasil, hão de encontrar nas cabeceiras deste novo rio que antevejo majestoso, as figuras destas noviças que aqui, nesta hora, se dispõem a receber a investidura de professoras em o novo sacerdócio que elas mesmo vão criar. Sim, tenho confiança em vós, meninas, porque acredito piamente, religiosamente no Ceará. [...] Creio piamente, religiosamente em ti, Ceará maravilhoso das surpresas estonteantes. José do Patrocínio, aquele negro admirável que foi o apóstolo carioca da abolição nacional, não imaginou até que ponto ele acertara quando te crismou de TERRA DA LUZ [...]. (SUD MENNUCCI, 1937, p. 13)¹¹.

Em 1926, Lourenço Filho publicou a sua obra *“Juazeiro” do Padre Cícero: cenas e quadros do fanatismo no Nordeste*, em que apresenta de forma contraditória uma “fisionomia” ou sociologia das populações sertanejas do Ceará, enfocando primordialmente, o povo de Juazeiro do Norte. A sua análise oscila, pois, entre um perfil de selvagens homens submersos nos porões da insanidade e do fanatismo, ao ser de comprovada força em sua heróica luta de sobrevivência ante a dura realidade da seca, ou seja: “O homem do sertão, o ‘Mane Xique-Xique’, o rude e ignorante, é o homem de luta e valor.” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 143).

Referida obra traz uma radiografia da realidade sertaneja da região cearense do Cariri que se retirando a particularidade do fenômeno político-religioso em torno da figura enigmática do Padre Cícero Romão Batista, é o retrato do Ceará, principalmente no que se refere às questões culturais e educacionais. Neste aspecto, uma afirmação nela contida nos reporta ao quadro educacional dos anos de 1920:

No Ceará, como em todos os demais estados da região, a situação da população pode ser assim resumida: vinte por cento sabe ler; o resto não sabe. Mas é o povo ignorante que lavra a terra, planta, colhe, cuida do gado, extrai as riquezas naturais e as faz transportar para os centros consumidores. A população letrada faz estéril burocracia, quando não criminosa politicagem [...]. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 143).

Lourenço Filho escreve sua obra após passagem pelo Ceará em missão que o imortalizou, não só na história educacional cearense, como também conferiu-lhe

¹¹ Discurso – Pronunciamento na Cerimônia de Colação de Grau das Primeiras Professoras Ruralistas do Brasil. Turma de 1937, na Escola Normal Rural de Juazeiro do Ceará. Mimeo, 1937.

notoriedade em todo o país. A Reforma de 1922 teve repercussão grandiosa, pois representou, de acordo com o que Carlos Moharcha afirma no prefácio de *“Joazeiro” de Padre Cícero* (2002, p. 12), “[...] um marco histórico na trajetória da educação brasileira, sendo considerada uma das primeiras manifestações do movimento da Escola Nova no Brasil.”

A análise apaixonada de Moharcha sobre o brilhantismo de Lourenço Filho, como um dos precursores da Escola Nova no Brasil, é uma tônica nas páginas da história educacional cearense. Há uma tendência em se colocar todo o mérito da Reforma de 1922 na pessoa de Lourenço Filho. Para Nagle (2001, p.193), “[...] a reforma cearense foi fruto quase exclusivo da atuação de um só homem, Lourenço Filho [...]”. Apoiando-se em tal visão, Nogueira (2001, p. 117) anota:

A Lei 1953/22 recebeu do reformador sua formulação, sua influência, e ninguém, na época, seria tão qualificado no Ceará, em termos de doutrina educacional, conhecimento pedagógico, sistema escolar e dotado de tamanha experiência em educação, planejamento e reforma de ensino quanto o professor Lourenço Filho.

Cavalcante (2001) empreende uma reviravolta no que diz respeito à cristalização de uma versão sobre a Reforma Educacional de 22. A partir de cuidadosa consulta à historiografia nacional e local, desmistifica uma “interpretação viciada” da Reforma “Lourenço Filho”. Ao anunciar a sua tese sobre a presença e a influência de João Hippolyto de Azevedo e Sá, então diretor da Escola Normal de Fortaleza, na Reforma Educacional de 1922, explica que se deparou com uma disputa ferrenha pelo poder. A luta travada entre dois importantes educadores – João Hippolyto e Joaquim Moreira de Sousa. Tal disputa definira um “[...] certo modo de contar aquele importante acontecimento da História educacional do Ceará.” (CAVALCANTE, 2000, p. 66).

Moreira de Sousa, historiador oficial da dita reforma, logo tratou de enaltecer a figura de Lourenço Filho, silenciando sobre o papel desempenhado por João Hippolyto, maior responsável pela vinda do educador paulista para o Ceará. Ao levantar a polêmica em torno do esquecimento ou do total desaparecimento do então ilustre diretor da Escola Normal, no movimento reformista de 1922, Cavalcante (2000, p. 75) assinala não menosprezar a atuação do conceituado educador:

Com isso, não estou a levantar dúvidas sobre os possíveis méritos de Lourenço Filho como educador e reformador. Causa-me, contudo, estranhamento, o modo apologético com que Moreira de Sousa trata a ação educativa do professor paulista no Ceará. Desde que entrei em contato com tais explicações acerca do significado da Reforma Lourenço Filho na história educacional do Ceará, me intrigou o culto personalista e o tom exagerado com que a mesma era lida. Imaginava que a vinda de Lourenço Filho para Fortaleza estava, antes de mais nada, aliada a uma “vontade político-pedagógica” local. Desse modo, o próprio convite para que viesse trabalhar como educador no Ceará, já indicava a circulação de ideias e anseios modernizantes no meio educacional local, no início dos anos de 1920.

A escrita de Moreira de Sousa denota uma análise exacerbada em relação às contribuições do educador paulista. Há uma preocupação em delimitar ou periodizar a história de acordo com interesses de ordem pessoal. Neste sentido, concordando plenamente com a leitura de Cavalcante (2000), percebemos o esforço em delinear uma história a partir do movimento reformista, ou seja, um Ceará com quatro fases distintas de sua vida educacional: a) período anterior à reforma – envolvimento no tradicionalismo educacional, propiciador de problemáticas relacionadas à estagnação sociocultural do povo cearense; b) período da reforma – momento de modernização, difusão das ideias escolanovistas e efetivação de práticas inovadoras, via atuação do reformador Lourenço Filho; c) período imediatamente posterior à reforma – ocorre a ruptura de um ciclo que se iniciara com a vinda de Lourenço Filho e terminara com sua partida, momento de retorno às antigas práticas, retrocesso; e d) período de renascimento – o ciclo interrompido tem seu renascimento em 1930, quando Moreira de Sousa assume a diretoria da Instrução Pública, no Ceará. “No fundo porque ele se julgava o herdeiro direto da Reforma que levava o nome de Lourenço Filho; tanto que trata do renascimento.” (CAVALCANTE, 2000, p. 82).

Aqui não nos interessa propriamente uma análise da reforma em todas as suas nuances, mas identificar e entender as intenções e ações mais efetivas no que diz respeito à educação rural, seus efeitos no meio campesino cearense e/ou possíveis mudanças e melhorias que porventura tenham ocorrido no processo de escolarização rural.

Fazendo breve digressão sobre o contexto da Reforma de 1922, pudemos observar que o seu objetivo era contemplar o Ceará como um todo; algumas iniciativas se destinaram ao meio rural, à melhoria ou ampliação da escola no campo, porém, ações de maior impacto não se concretizaram nos rincões cearenses. Dessa forma, ao se criar a Diretoria Geral da Instrução Pública no Ceará, de imediato impõe-se uma tarefa primordial, qual seja, o conhecimento sobre a real situação do ensino no Ceará. Enfim, “[...] era imperioso obter uma ‘fotografia’ da real situação para estabelecer, a partir do seu conhecimento, um diagnóstico e um adequado tratamento para oferecer soluções.” (NOGUEIRA, 2001, p. 141).

Baseando-se na reforma paulista de 1920, Lourenço Filho usa do expediente do recenseamento, técnica de natureza escolanovista. Portanto, num período de três meses, foi realizado o recenseamento em todo o Estado. Aos inspetores escolares, foi conferida tal missão, bem como poderes de solicitar a demissão dos prefeitos que não proporcionassem as condições necessárias ao empreendimento educacional em seus municípios.

O recenseamento revelara a situação calamitosa das escolas no interior cearense. Newton Craveira, um dos inspetores escolares, responsável pela região do vale do Acaraú, fez uma análise de tal realidade. Esse educador, a despeito de não possuir titulação acadêmica, destacara-se como um autodidata, encarnando com maestria o espírito escolanovista. Suas reflexões e experiências oriundas da vida de menino pobre e sertanejo (CAVALCANTE, 2000), conferiram-lhe clarividência sobre a necessidade de fazer da escola rural lugar por excelência de preparação do homem para viver no campo, uma escola primária destinada ao nordestino.

A sintonia com os ideais modernizantes de escola fizeram Newton Craveiro merecedor da tutela de Lourenço Filho na elaboração de uma obra didática, *João Pergunta*

ou *Brasil sêcco: livro de leitura para as crianças do Nordeste*, publicação subvencionada pelo Governo do Ceará, na administração Justiniano de Serpa, e que foi adotada oficialmente nas escolas públicas primárias do Ceará. Na apresentação dessa obra inusitada, Craveiro (1925, p. 8) assinala que:

Este trabalho é um ensaio de livro destinado ás crianças do Nordeste. Filho da reação contra o verbalismo no ensino, ocupa-se da realidade da vida em nosso meio, orientando a criança para o exercício das industrias ruraes de onde tem sahido a grandeza econômica dos povos. Algumas lições estão no nível intellectual das crianças; outras, porem, acima delle se elevam. È que o professor deve baixar até a criança, algumas vezes, e, em outras ocasiões, fazer com que a criança suba até elle, conforme a theoria do esforço, resuscitada, em suas partes racionaes, por W. James.

Como fiscal regional da Educação, Newton Craveiro apresenta sua apreciação sobre as condições das escolas da região norte do Ceará, advertindo para a noção de que “[...] a escola, deslocada de seu verdadeiro papel, fenece como uma planta exótica que não encontrou na transplantação as condições naturais de existência.” (RELATÓRIO 3, 1922 apud NOGUEIRA, 2001, p. 150). Em síntese, Craveiro se apoiava no argumento de que a escola primária cearense deveria preparar “soldados para a lavoira”, para isso era necessário que o professor falasse aos seus alunos sobre a seca, problemática diretamente ligada às suas vidas, ficando a criança sertaneja ciente do fenômeno, do drama de sua família, de seus vizinhos, a sorte do gado, de seus roçados e das demais questões inerentes ao meio em que se inseria.

Não é possível analisar o impacto social da obra didática de Newton Craveiro para uma mudança de mentalidade na condução da instrução nas escolas rurais. É sabido apenas que, entre 1924 a 1928, esse livro passou por duas edições, com o aval de Lourenço Filho. Constata-se, no entanto, que embora a reforma de 1922 tivesse pretensões de se estender para todo o Estado do Ceará, suas ações se concentraram na Escola Normal de Fortaleza (PINHO, 2002). O foco da política educacional cearense estava concentrado na modernização do ensino e de seus métodos educacionais, haja vista a visão predominante de que a excelência na formação do professor primário era requisito primordial para a transformação da escola, da sua adaptação às necessidades e premências de uma sociedade que marchava em direção ao seu desenvolvimento econômico e cultural.

Apesar dessa visão que depositava no professor o papel de redentor da educação, a Reforma de 22 não reservara ao professorado do interior, programas ou políticas consistentes e de maior intensidade no que se refere a sua capacitação, com o intuito de dotá-lo de instrumental teórico-metodológico nos moldes da tão propalada Educação Nova.

A iniciativa mais visível rumo a uma melhoria do nível dos professores do interior, foi a dos vários cursos de férias, promovidos pelo reformador, com o objetivo de revisar os conhecimentos do professor, propiciando-lhe aquisição de novas técnicas e apreensão da concepção da Escola Nova, na qual se baseava a reforma do ensino primário. “Os professores eram trazidos do interior e em Fortaleza, mantidos durante dois meses, no período das férias, às custas dos municípios, permanecendo em encontros de estudos, cuja sede era o teatro José de Alencar.” (NOGUEIRA, 2001, p. 184).

A despeito do pouco tempo de permanência de Lourenço Filho no Ceará e da falta de ações mais concretas nos áridos solos da zona rural, a Reforma de 1922 é efusivamente festejada pela imprensa local, sendo referência indispensável nos discursos e debates dos círculos educacionais cearenses na década de 1920. De acordo com Menezes (1959, p. 360), “Em 1922, o pedagogo paulista Lourenço Filho, comissionado pelo presidente Justiniano de Serpa, inicia o grande movimento reformador no Estado do Ceará.”

Por conseguinte, apesar dos avanços e inovações no setor educacional de então, é notória a precariedade da educação cearense em finais dos anos de 1920 e início da década de 1930, principalmente na zona rural do Estado. Os efeitos da tão propalada reforma não atingiu os sertões e regiões litorâneas e serranas do Ceará. Tal assertiva pode ser constatada em artigos que estamparam as páginas do jornal *O Povo*, nos primeiros meses de 1934, ano da realização do 6º Congresso Nacional de Educação em Fortaleza. Beni de Carvalho (1934, p. 1-2), em discurso proferido no referido congresso, ressalta a necessidade de interiorizar a escola, expressando-se de forma incisiva:

A ação educadora nacional não deverá, por isso, limitar-se, tão só, aos grandes centros, ou atuar, unicamente, na orilha atlântica. É necessário que ela, como epidemia sagrada, contamine os sertões, que invada nossas selvas, não já – em bandeiras, buscando esmeralda e prata – como aquele alucinado Fernão Pais Leme, mas com a escola rural, procurando formar, tentando descobrir o homem novo do Brasil.

A expectativa em torno do 6º Congresso Nacional de Educação é o reflexo da preocupação com os novos rumos que deveriam ser tomados pela educação cearense e nordestina, que clamava por soluções imediatas para problemáticas antigas e que até então não dispensara atenção e ações mais concretas. O Ceará, partilhando da comoção que envolvia a nação brasileira, buscava caminhos para amenizar a precária situação da educação de seu povo.

Em relatório apresentado ao presidente da República, o capitão Roberto Carneiro de Mendonça, interventor federal, apresenta detalhadas informações sobre suas ações e empreendimentos no setor da Instrução Pública cearense, no interstício de 1931 a 1934. Suas palavras cristalizam o ideal educativo da filosofia escolanovista, ficando em evidência a propagação da modernização a se impor como marco nos novos destinos da sociedade cearense. Neste sentido,

[...] a educação nova é, de fato, e deve ser uma iniciação na vida econômica e social, e, pelo trabalho educativo, uma iniciação no trabalho profissional e nas atividades produtoras. Ella tem, e deve despertar e desenvolver o sentido da vida econômica, o culto do trabalho, da machina e da Sciencia. (MENDONÇA, 1934, p. 67)¹².

¹² Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, 22 de setembro de 1931 a 5 de setembro de 1934. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936. (Obras Raras da Biblioteca Menezes Pimentel).

Apoiando-se nos pilares da filosofia da Escola Nova, o Ceará, sob a administração da Interventoria Federal, traduzia em suas iniciativas educacionais e culturais o espírito ou a ideologia do nacional-desenvolvimentismo proposto pela “Nova República”. O pragmatismo sobrepunha-se às formulações mais elaboradas de letramento e de educação escolar, para as classes desfavorecidas. Essas classes deveriam ser favorecidas com a alfabetização, cabendo ao Estado preparar homens para o trabalho e não encaminhá-los unicamente para a carreira das letras, “[...] a qual muitos por inaptidão ou aversão não podem atingir.” (MENDONÇA, 1934, p. 68).

A campanha para efetivar a Educação Nova no Ceará passa a ter ressonância nos programas e políticas oficiais na década de 1930, com o fito de elevar os níveis educacionais das populações camponesas. A interiorização das “luzes” da instrução, por meio de uma escola primária que se direcionasse para as peculiaridades da vida rural se fazia urgente. Nos documentos oficiais, nos discursos da elite intelectual e nos artigos da imprensa local cearense encontramos a ênfase na premência de se impulsionar o progresso do Ceará (e do Brasil) atrelando-o ao fator educacional, ou seja, ao letramento ou à instrução dos “cidadãos trabalhadores”. O Ceará, envolto na obscuridade de um modelo tradicional de estrutura social, precisava de suporte para efetivação de mudanças reais e condizentes com os novos anseios nacionais e regionais. Na escola encontrava-se tal prerrogativa, em especial, na Escola de formação de professores especializados, que:

[...] saibam transmitir aos alunos conhecimentos indispensáveis à vida do ambiente em que habitam. Neste sentido: A nossa escola há de ser tipo. Marco de nova cruzada: instituição modelo. Base para futuros estabelecimentos e transformação dos atuais. De combate ao analfabetismo e de estímulo à produção da riqueza. (CASTELO, 1970, p. 236).

A cristalização de uma mentalidade agrícola e o desenvolvimento econômico seriam garantidos por meio da instrução/instrumentalização daqueles que viviam no meio rural. Aqui se encontrava a razão de ser de uma escola voltada para a formação do professorado rural. O decreto que criou a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte apoiava-se nos seguintes considerandos:

Considerando que urge dar ao ensino público no Estado uma orientação prática que vise criar e desenvolver aptidões nos indivíduos para enriquecimento próprio e da coletividade;

Considerando que numa região, como o Ceará, cuja economia se baseia nas atividades agrícolas, é de todo ponto necessário ensinar a todos a melhor maneira de cultivar o solo;

Considerando que, para criação e desenvolvimento de uma mentalidade agrícola no espírito do povo em geral, é preciso preparar nesse sentido o professorado conveniente, etc. (CASTELO, 1951, p. 9).

O professorado conveniente deveria ter uma formação voltada para a realidade e valores socioculturais das populações do campo. Nessa direção caminhou a proposta de escola de formação da professora rural. O primeiro regulamento da Escola de Juazeiro

expressou suas finalidades, denotando uma orientação pedagógica amparada na filosofia escolanovista; senão vejamos o que estabelece tal regulamento em relação aos fins sobre os quais deveria se deter o ensino normal rural:

- a) preparar mestres para o ensino primário das zonas rurais do Estado, de maneira a torná-los aptos a orientar racionalmente as novas gerações para tarefas agrícolas, dando-lhes a conhecer os meios de defesa da saúde e de incentivo do progresso nos campos;
- b) contribuir, através do preparo conveniente dos mestres, para que a escola primária rural se torne um centro de iniciação econômica e profissional;
- c) dar, pelos mestres, consciência agrícola e sanitária às populações rurais, além da compreensão do valor da previdência e da economia, como condição de felicidade individual e coletiva;
- d) despertar, por meio dos mestres primários, nos futuros agricultores e criadores, a consciência do valor de classe, que organizada e liberta de toda influência estranha dominadora, deve colaborar ao lado das demais classes no engrandecimento e no governo do país. (SOUSA, s/d, p. 200).

A proposta educativa do ensino normal rural apoiava-se em um currículo diversificado e moldado ao perfil pretendido do professor rural¹³, haja vista ser o seu principal objetivo o de “[...] formar professores que não tenham as vistas permanentemente voltadas para a cidade.” (CASTELO, 1951, p. 8). Tal currículo tenta consorciar saber intelectual e formação profissional. O elenco das disciplinas que compunha a organização curricular do curso normal rural pressupunha uma formação intelectual geral que abrangia desde as Ciências Exatas, Físicas e Naturais, às Humanidades (Língua Materna, História Integrada à Geografia Humana, dentre outras). Além da presença indispensável da Psicologia Educacional e Metodologia do Ensino, dava-se grande ênfase ao que poderíamos chamar de conhecimento instrumental, ou seja, nas disciplinas que permitiriam ao professorando conhecimentos concernentes ao meio rural, o que a capacitaria para a tarefa de educar e fornecer instrumentais técnicos para o camponês. Esse trabalho deveria estar fundamentado em uma nova pedagogia, uma concepção renovada de educação, escola e sociedade. À educação escolar caberia a modernização da tão precária e arcaica estrutura agrária cearense. É neste sentido que Castelo (1951, p. 3) ressalta o seguinte:

A evolução do trabalho no Ceará morosa e assistemática constitui índice igualmente, de insegurança dos modos educacionais das populações obreiras. As ideias sobre salários, horas de trabalho, assistência econômica e higienização não penetraram no interior. A preocupação de regularizá-las constituirá inovação que os interessados receberão reservada e desconfiadamente.

¹³ A escola destinava-se aos dois sexos, porém a feminização do magistério já se confirmava com a presença massiva das mulheres nos cursos de formação docente, e assim ocorreu nas escolas normais rurais. Em Juazeiro do Norte, na primeira turma só existia um aluno do sexo masculino, o que se repetiu na segunda turma, até que se tornou espaço exclusivo das mulheres (Cf. OLIVEIRA, 1984).

A formação profissional na escola normal rural deveria orientar-se pelo lídimo ideal de vida campesina. A educação para a vida e na própria dinâmica da vida social haveria de cumprir sua função instrumental e também moral. A escola, pequena célula social era, ao mesmo tempo, miniatura da sociedade democrática e detentora da esperança do progresso futuro. Caberia à professora ruralista¹⁴ a orientação das novas gerações, de um mundo que precisava se ajustar às exigências de uma nova realidade socioeconômica. Encontrava-se nas mãos das mestras a tarefa de imprimir a marca de um novo homem, cidadão cômico do valor de sua classe e de sua importância como elemento colaborador no engrandecimento e no governo do país.

A educação rural era a única saída para a fixação do homem no campo, fortalecendo a identidade sertaneja em busca do progresso local/regional. Moreira de Sousa assume a autoria da criação de uma escola normal rural como meio mais tangível para promover a renovação e a modernização da Escola Primária do Ceará. Com a autodenominação de “renovador”, o então diretor da Instrução Pública só percebia a redenção do ensino primário com a preparação conveniente do professorado que atuaria no campo. Profetizou que tal projeto teria repercussão ampla, tornando-se exemplo para o resto do Brasil. Neste sentido, em estudo preparado por solicitação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Lourenço Filho (2001, p. 75)¹⁵ ressalta que, até aqueles idos de 1950, consideráveis esforços haviam sido realizados, no Brasil, para a formação do pessoal docente destinado a escolas rurais, pois,

Já no ano de 1951 funcionavam 121 cursos normais regionais, de par com as escolas normais comuns, então, em número de 434. A maioria desses cursos regionais ainda não apresenta perfeitas condições de organização e funcionamento; muitos deles, porém, estão realizando trabalho digno de ser reconhecido e analisado. Deles destacamos dois, para descrição especial: o da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, o mais antigo, pois seus trabalhos datam de 1934, e os serviços de treinamento, formação e aperfeiçoamento da Fazenda do Rosário, no município de Betim, Estado de Minas Gerais, iniciados em 1948.

É, pois, Lourenço Filho, o mesmo que outrora descrevia as cenas do fanatismo de Juazeiro do Padre Cícero, que vem a público, em trabalho de cunho técnico-científico, exaltar e reconhecer o papel e a contribuição da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte para o desenvolvimento da educação rural no Brasil, já que em suas análises afirmava que as escolas normais existentes nas cidades brasileiras não estavam atendendo aos reclamos do ensino nas escolas rurais. Surge, a partir daí, outra visão para sanar esta problemática. Segundo o educador paulista, essa maneira de ver começou a manifestar-se sobretudo

¹⁴ Como afirmado na nota anterior, as escolas normais rurais passaram a ser exclusivamente espaço destinado às mulheres, pelo menos até finais dos anos de 1950, o que justifica a presença de referências feitas às normalistas ou professoras ruralistas nos escritos de época. Sobre este assunto ler tese de nossa autoria, intitulada: *Mulheres letradas e missionárias da luz: formação da professora nas escolas normais rurais do Ceará – 1930 a 1960*.

¹⁵ *Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais* – estudo preparado por solicitação da UNESCO e por essa organização publicado em francês e inglês, na obra intitulada *La formation professionnelle du personnel enseignant primaire*, publicado também na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 52, p.61-104, out./dez. 1953 (LOURENÇO FILHO, 2001).

depois de 1930, tendo-se por base a migração interna de grandes grupos de população das zonas rurais para as cidades e, ainda, de grupos urbanos dos estados do Nordeste, para outras regiões. Vale ressaltar, ainda, que:

Em 1929, num desses Estados, o do Ceará, uma reunião de administradores municipais concluiu pela necessidade de transformar a escola primária, a fim de que ela cumprisse a sua missão, “fixando o homem ao campo”. Em 1932, o Ministério da Agricultura, por seu Serviço de Fomento Agrícola, na mesma ordem de ideias, começou a estabelecer acordos de cooperação entre as inspetorias agrícolas regionais e os grupos escolares de vários Estados, robustecendo, assim, a ideia de que os mestres primários devem possuir preparação em técnicas agrícolas. Por outro lado, desde 1922, o governo federal, que vinha desenvolvendo alguns esforços no sentido da melhoria sanitária das populações rurais, verificava que medidas postas em práticas só poderiam alcançar pleno êxito quando apoiadas em maior extensão da educação popular. A ideia da preparação técnico-agrícola dos mestres rurais vinha assim juntar-se à de maior preparação em higiene e profilaxia. Dando corpo a esse pensamento é que surgiu a experiência pioneira de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, e, assim também, em vários Estados, um movimento de propaganda que veio a se chamar de ruralização do ensino. (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 77-78).

Considerações Finais

Ao historiarmos a gênese da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, adentramos um tempo demarcado por um ideário enfaticamente propagado, o que requer a percepção de uma realidade específica, que se apresenta na perspectiva peculiar ao tempo vivido e à realidade do espaço no qual se inseriu essa proposta de formação docente. A formação da professora ruralista, embora sendo verificada em outras regiões ou estados brasileiros, não se apresentou nos mesmos moldes da experiência cearense. A realidade do Ceará é peculiar por dois motivos: primeiro por ser a experiência pioneira no país; segundo por ser a expressão de ideias e de práticas que, imbuídas do *ruralismo pedagógico*, apresentaram-se em um formato que era o retrato do quadro social e educacional de um Estado castigado pelas secas e pela presença ainda marcante da “cerca”, fronteira delimitadora do ter e do poder, do não ter, e do estado de submissão da população sertaneja.

Na delimitação dessas fronteiras uma onda de otimismo, romantismo e idealismo denunciam, mas ao mesmo tempo camuflam a realidade nua e crua da vida sertaneja, do mundo rural e do homem camponês. A educação como redentora e regeneradora da sociedade passa a ser exaltada mediante discursos e formalização de políticas que visavam atingir os pontos nevrálgicos da sociedade, os quais constituíam entraves ao progresso e desenvolvimento local e regional. A “educação no campo, para o campo e pelo campo” redimiria esses lugares castigados pela escassez da água e da luz a guiar as mentes ignaras.

Neste mister, uma educação para as futuras mestras rurais estaria de acordo com tudo aquilo que expressasse a própria vida e os meios de sobrevivência dos habitantes rurais. Em julho de 1935, Juazeiro foi sede da Primeira Semana Ruralista, promovida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, patrocinada pela Diretoria da Instrução Pública do Ceará e pelo Ministério da Agricultura. À Dona Amália coube a missão de saudar os ilustres visitantes e representantes da Instrução Pública brasileira:

Senhores, sóis hospedes do Joazeiro, fato que jamais esquecerão os corações joazeirenses. Profundas, inapagaveis são as impressões que se vão gravando em nossos espíritos, nesta vossa passagem por aqui. Será ela a página de ouro da nossa História. Como educadores sois a armadura de aço que protege o organismo moral do povo Brasileiro, defendendo a infância no albor de sua inteligência, nas salas e pateos da Escola Primária, dando-lhe pobres plantinhas, a seiva de que necessitam para serem mais tarde, arvores gigantescas, esteios do progresso da Pátria. O Joazeiro compreende tudo isto, razão porque acha-se em peso embalado num delírio vibrante de emoções. E' mais uma finesa do ilustre Diretor da Instrução para com esta pobre terra até bem poucos tempos esquecida em matéria de educação, porque ninguém se lembrava que ela também pertence a confederação brasileira. Como se a memória me fosse uma lente prodigiosa que retratasse as ações do passado, relembro a minha infância e de algumas de minhas colegas que, rompendo *as intemperies* inverniais do Ceará quando não é seco, deixavam o aconchego do lar, os carinhos dos pais e irmãos em busca da capital, onde interna num colégio, faziam desde o 1º ano do curso Primário até o 4º ano do curso Normal. Comparemos a época presente com este passado e analisemos a diferença [...]¹⁶.

O discurso de Dona Amália é incontestemente prova de que representou a fundação de uma escola normal nas longínquas terras do Cariri, onde as oportunidades de instrução para as classes menos abastadas e, principalmente, para as mulheres, eram quase nulas. Assim, a Escola Normal Rural foi a grande oportunidade de inserção das moças de Juazeiro do Norte e da Região caririense no processo de escolarização e profissionalização.

Quais, portanto, as razões de tal projeto ser encetado por Juazeiro do Padre Cícero? Como explicar que a materialização de um ideal responsável pelo milagre que redimiria a sociedade sertaneja de seu atraso cultural ocorresse justamente na Meca do Sertão, onde imperava o reino da “insânia”, do “cangaço” e do “fanatismo”, como tão bem enfatizou Lourenço Filho, com o olhar de homem ilustrado e preconceituoso, em sua obra “*Joazeiro*” do Padre Cícero, escrita em 1926? Não encontramos indícios fortes para arriscar afirmações definitivas, porém, o que se nos apresenta como marca indelével é a forte presença do ideário ruralista na experiência exitosa da Escola Normal pioneira.

Referências

- ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. Mulheres letradas e missionárias da luz: formação da professora nas escolas normais rurais do Ceará – 1930 a 1960. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, M. Nobre (Coords). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico).

¹⁶ Discurso proferido por Dona Amália Xavier de Oliveira, em julho de 1935, por ocasião da I Semana Ruralista de Juazeiro, saudando as autoridades presentes e seus participantes. Arquivos de D. Assunção Gonçalves – Juazeiro do Norte-CE.

CARVALHO, Beni. Saudações aos participantes do 6º Congresso Nacional de Educação, realizado em Fortaleza-CE. Discurso de abertura. *O Povo*, 1934, p. 1-2.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *O ensino rural no Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1951.

_____. *História do Ceará*: monografia nº 22. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970. (História do Ensino do Ceará. Coleção do Instituto do Ceará).

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo Sá: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará*. Fortaleza: EUFC, 2000.

_____. Algumas indagações sobre o silêncio em torno da 6ª Conferência Nacional de Educação. *Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação*, Pelotas: Editora da UFPEL, n. 8, set. 2000.

CRAVEIRO, Newton. *João pergunta ou Brasil sêcco: leitura para as crianças do Nordeste brasileiro adotada oficialmente nas escolas primárias do Ceará*. Fortaleza: Typografia Progresso, 1925.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Sistema escolar de Limoeiro do Norte: da colônia à escola que revolucionou o município*. Fortaleza: Premius Editora, 2002.

LOURENÇO FILHO, Bergström. *A formação de professores: da escola normal à escola de educação*. Organização Ruy Lourenço Filho. Brasília-DF: Inep/MEC, 2001. (Coleção Lourenço Filho 4).

_____. *Juazeiro do Padre Cícero*. 4. ed. aumentada. Brasília-DF: Inep/MEC, 2002. (Coleção Lourenço Filho 5).

MATOS, Isabel Cristina Rossi. *A concepção de educação em Sud Mennucci*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004.

MENDONÇA, Roberto Carneiro de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pela Interventoria Federal do Ceará, 22 de setembro de 1931 a 5 de setembro de 1934. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936.

MENEZES, Djacir. A educação no Ceará: repasse histórico-social – das origens coloniais a 1930. In: MARTINS, Antonio; GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1959.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. *A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará*. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2001.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. *História da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte*. Edição comemorativa do 50º aniversário de sua fundação, 1934-1984. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista. São Paulo: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2003. (Estudos CDAPH. Série Historiografia).

PINHO, Silvana de S. O movimento da Reforma Educacional de 1922 na imprensa cearense. In: CAVALCANTE, Juraci M. (Org.). *História e memória da educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

SOUSA, Joaquim Moreira de. Por uma escola melhor: relatório. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 1934.

_____. *Sistema educacional cearense*. Recife: MEC/Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, s/d.

SOUZA, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 302-323, jan./jun. 2005.

TORRES, Aberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional/ Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Temas Brasileiros).

*Recebido em Outubro de 2010
Aprovado em Março de 2011*